



Agenda Prioritária

Mapeamento e Propostas de Soluções

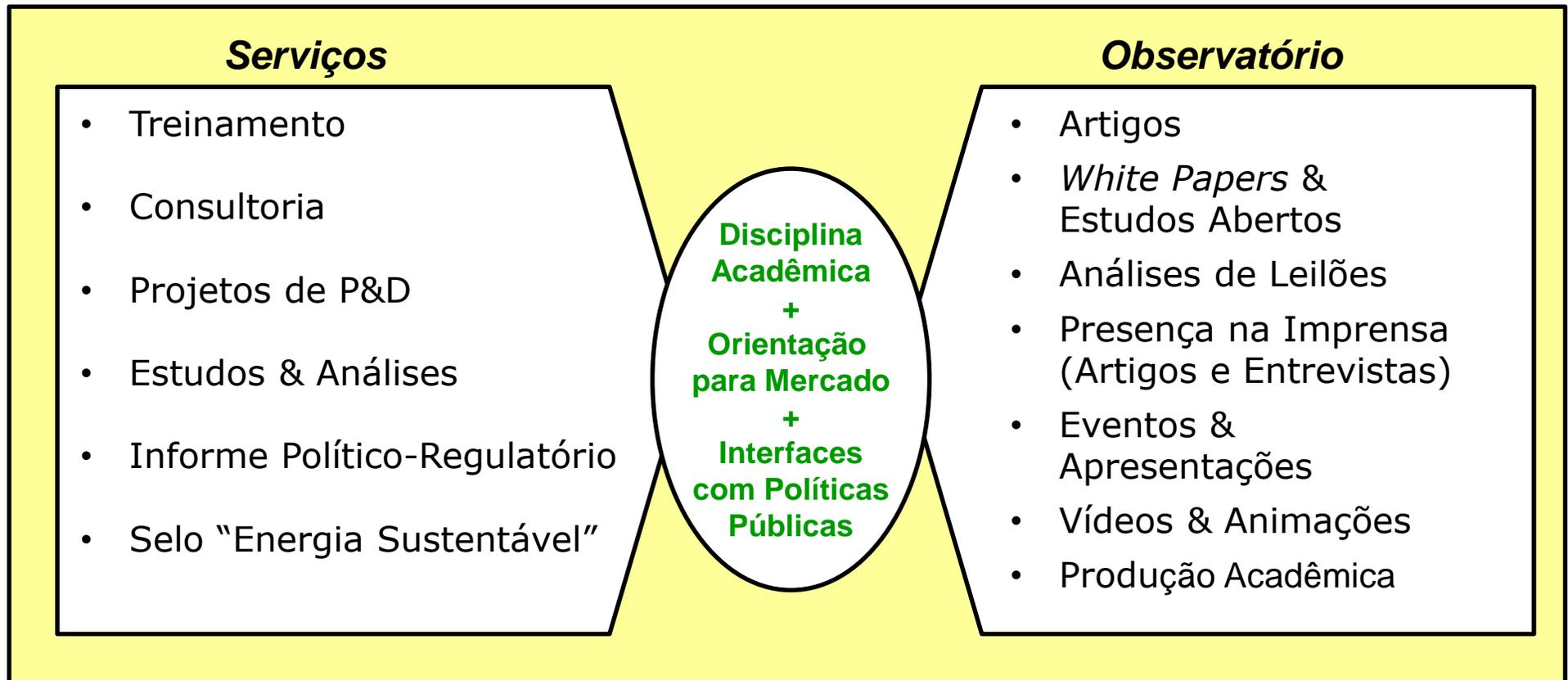
Reunião com MME

18 de agosto de 2016

- **Sobre o Instituto Acende Brasil**
 1. **Governança de estatais e privatizações**
 2. **Política de expansão**
 3. **Carga tributária**
 4. **Transmissão**
 5. **Governança setorial e papéis das instituições**
- **Sobre Confiança e Credibilidade**

O Instituto Acende Brasil é um Centro de Estudos (*Think Tank*) voltado ao desenvolvimento de ações e projetos para aumentar o grau de Transparência e Sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro.

Baseados em números e fatos, pensamos e analisamos o setor com a lente de longo prazo, buscando oferecer à sociedade um olhar que identifique os principais vetores e pressões econômicas, políticas e institucionais que moldam o Setor Elétrico Brasileiro.



-  **Regulação e Política Tarifária** após o 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica com grandes desafios: sobrecontratação, metas de qualidade, perdas e inadimplência
-  **Agências Reguladoras** sob constante ameaça de ataques populistas à tarifa e risco de captura por grupos de pressão
-  **Governança Corporativa** empresas estatais ineficientes, politizadas e com rentabilidade incompatível com o custo de capital (destruição de valor)
-  **Leilões de Geração e Transmissão**, importantes âncora da expansão, mas requerem permanentes aprimoramentos para equilibrar modicidade tarifária e segurança de oferta
-  **Segurança de Oferta** sem riscos de curto prazo, mas com desafios de longo prazo (Descompasso entre G e T, GN para termelétricas, inserção nuclear, Geração Distribuída etc)
-  **Desafios Socioambientais** ligados à expansão em direção à Amazônia, com ênfase em populações indígenas, e na esfera de comunicação e avaliação objetivas dos impactos
-  **Carga de Tributos e Encargos**, apesar de reduções recentes de encargos, ainda se coloca como peso-morto tarifário que distorce percepção do consumidor e reduz competitividade

- Accenture
- AEI
- AES
- Alupar
- Ampla
- Andrade Gutierrez
- Angra Partners
- Brennand
- Brookfield Energia
- BTG Pactual
- Celpe
- Cemar
- Cemat
- Cemig
- CERR
- Chesf
- Coelba
- Comerc
- CPFL Energia
- Duke Energy
- EDF
- EDP
- Elektro
- Eletrobras
- Eletronorte
- Eletronuclear
- Enel
- Energisa
- Enerpeixe
- Enersul
- Eneva
- Equatorial Energia
- Furnas
- Engie/Tractebel Energia
- Gerdau
- Iberdrola
- IBS Energy
- IPEA
- ISA CTEEP
- Itaipu Binacional
- KPMG
- Light
- Natural Energia
- Neoenergia
- RGE
- Secretaria de Assuntos Estratégicos -
Presidência da
República do Brasil
- PwC
- Roland Berger
- Taesa
- TNC
- UTE Norte Fluminense
- Vale
- WWF

<p>Claudio Sales <i>Presidente</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • President of Instituto Acende Brasil since 2003 • Former CEO of Mirant do Brasil and Board member of Cemig, Energisa e Energipe • Industrial Engineer by PUC-RJ and member of the <i>President's Management Program (Harvard University)</i>
<p>Eduardo Müller Monteiro <i>Diretor Executivo</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Executive Diretor Executivo of Instituto Acende Brasil since 2003 • Electrical Engineer by Unicamp, MBA (Wharton School of the University of Pennsylvania – U.S.A.), MSc. (USP – Universidade de São Paulo) and PhD. (USP) • Former partner at Promon Engenharia (New Business Development in telecom)
<p>Alexandre Uhlig <i>Desenvolvimento Sustentável</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Head of Sustainable Development at Instituto Acende Brasil since 2006 • Physicist by USP, MSc. (USP) and PhD. (USP) • Managed the Socioenvironmental Department at Companhia Energética de São Paulo (CESP); consultant for FAO (Food and Agriculture Organization within the United Nations) and International Energy Agency (IEA).
<p>Richard Hochstetler <i>Assuntos Econômicos e Regulatórios</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Head of Economic and Regulatory Affairs at Instituto Acende Brasil since 2010 • Undergraduate degree in Economics (Goshen College - E.U.A.), MSc. (USP) and PhD. (USP) • Partner at Tendências Consultoria Integrada; specialist at FERC (Federal Energy Regulatory Commission - U.S.A.); researcher at the World Bank (Washington - U.S.A.)
<p>Patricia Guardabassi <i>Pesquisa e Desenvolvimento</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Post-doctoral research fellow (Kennedy School of Government, Harvard University, 2012-2013), PhD (USP) and MSc (USP), Chemical Engineer (FAAP) • Research scholar at the Laboratory on International Law and Regulation (UC San Diego); researcher at the Brazilian Reference Center on Biomass (USP).
<p>Staff</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Joaci Lima: Junior Engineer • Melissa Oliveira: Masters in Marketing (Courses and Events) • Fabrizio Loes: Undergraduate in Economics • Eliana Marcon: Administrative Assistant • Ingrid Santos: Secretary

- ❑ **Sobre o Instituto Acende Brasil**

- 1. Governança de estatais e privatizações**

- 2. Política de expansão**

- 3. Carga tributária**

- 4. Transmissão**

- 5. Governança setorial e papéis das instituições**

- ❑ **Sobre Confiança e Credibilidade**

10
WHITE PAPER
INSTITUTO ACENDE BRASIL
EDIÇÃO Nº 10 / DEZEMBRO DE 2012



Os White Papers do Instituto Acende Brasil analisam e recomendam mudanças e melhorias profundas sobre temas do Setor Elétrico Brasileiro e visam à promoção de discussões qualificadas sobre os seguintes temas: segurança, qualidade, tarifas, Agência Reguladora, Governança Corporativa, Impostos e Encargos, Leilões de Energia e Transmissão, Meio Ambiente e Sociedade, Oferta de Energia, Rentabilidade, Tarifas e Regulação. Para saber mais sobre o Instituto Acende Brasil acesse www.acendebrasil.com.br

GESTÃO ESTATAL (PARTE 1): DESPOLITIZAÇÃO E MERITOCRACIA

Empresas estatais – como bem diz o nome – pertencem ao Estado, e não ao governo, partidos, bancadas ou políticos individuais.

O objetivo deste White Paper consiste em abordar o tema controverso que envolve a atuação de empresas estatais sem se deixar influenciar por referências ideológicas. Tal desafio é tratado por meio de constatações factuais e numéricas, que formaram a base para os testes das hipóteses a respeito da maior ou menor eficiência estatal.

Com base nos resultados obtidos, foram mapeadas as causas das diferenças de desempenho entre a atuação estatal e privada e oferecidas contribuições específicas para melhorar a gestão de estatais.

Constatou-se baixo desempenho das empresas estatais em relação às privadas tanto em termos econômico-financeiros quanto em termos operacionais.

Os principais entraves à eficiência das empresas estatais são: a) objetivo indefinido; b) indisciplina orçamentária; c) uso político; d) administração inepta (dirigentes da empresa nomeados sem as qualificações requeridas para o cargo); e e) processo decisório burocrático.

O baixo desempenho e a ineficiência estatal vão além do interesse de investidores porque prejudicam a sociedade como um todo, seja pela elevação dos custos dos bens e serviços, seja pela redução do rendimento (de fundos de previdência, fundos de pensão e aplicações financeiras), seja pelo prejuízo às contas públicas governamentais.

Neste White Paper são apontados dois conjuntos de políticas essenciais para assegurar o bom desempenho de estatais: Despolitização e Governança Corporativa.

O primeiro conjunto de políticas se refere à forma de interação entre as estatais e os políticos, principalmente com relação à nomeação de dirigentes das empresas e seus conselhos.

Já o segundo conjunto de políticas se concentra na arquitetura institucional das estatais e seus procedimentos internos. E será tema do próximo White Paper.

"Os políticos assumem que qualquer um que consegue ser o chefe de administração pode trabalhar no setor público. Mas quando estamos diante de processos e métodos mais complexos ou mais delicados..."
(Pádua)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2	4 COMO APROXIMAR O DESEMPENHO DE EMPRESAS ESTATAIS	14
2 DESEMPENHO DAS ESTATAIS NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	4	5 DESPOLITIZAÇÃO	16
2.1 Desempenho relativo de empresas estatais e privadas	4	5.1 "Lobotomismo político" de empresas estatais e agências reguladoras	16
2.2 Consequências do baixo desempenho	9	5.2 Patrimonialismo no Brasil	19
3 DETERMINANTES DO BAIXO DESEMPENHO DAS EMPRESAS ESTATAIS	11	5.3 Como prevenir a despolitização nas estatais	20
3.1 Ausência de análise de eficiência na concepção das Estatais	11	CONCLUSÃO	23
3.2 Interferência política e estrutura de incentivos distorcida	11	REFERÊNCIAS	24

- ❑ **Baixo desempenho das empresas estatais em relação às privadas tanto em termos econômico-financeiros quanto em termos operacionais**
- ❑ **Os principais entraves à eficiência das empresas estatais são:**
 - a) **objetivo indefinido;**
 - b) **indisciplina orçamentária;**
 - c) **uso político;**
 - d) **administração inepta (dirigentes da empresa nomeados sem as qualificações requeridas para o cargo);**
 - e) **processo decisório burocrático.**

11
WHITE PAPER
INSTITUTO ACENDE BRASIL
EDIÇÃO Nº 11 / MARÇO DE 2013



O White Paper do Acende Brasil consolida análises e recomendações aprimoradas sobre temas do Setor Elétrico Brasileiro e visa à promoção de discussões qualificadas sobre os seguintes dimensões setoriais: Agência Reguladora, Governança Corporativa, Injeções e Custos, Leilões de Energia e Transmissão, Meio Ambiente e Sociedade, Oferta de Energia, Rentabilidade, Tarifas e Regulação. Para saber mais sobre o Instituto Acende Brasil acesse www.acendebrasil.com.br

GESTÃO ESTATAL (PARTE 2): GOVERNANÇA CORPORATIVA

Este White Paper se concentra na discussão do segundo conjunto de políticas públicas essenciais para o bom desempenho de estatais: políticas de Governança Corporativa.

No White Paper nº 10, intitulado "Gestão Estatal (Parte 1): Despolitização e Meritocracia", constatou-se o baixo desempenho das empresas estatais em relação às privadas tanto em termos econômico-financeiros quanto em termos operacionais. Os principais entraves à eficiência das empresas estatais são: a) objetivo indefinido; b) indisciplina orçamentária; c) uso político; d) administração inepta (dirigentes da empresa nomeados sem as qualificações requeridas para o cargo); e e) processo decisório burocrático.

No White Paper nº 10 foi dado foco à interação entre as estatais e os políticos, principalmente com relação à nomeação de dirigentes das empresas e seus conselhos.

Já este White Paper nº 11 é voltado para a arquitetura institucional das estatais e seus procedimentos internos. A referência adotada para estudar tal arquitetura é o da Governança Corporativa, que pode ser definida como o ramo da administração que estuda as melhores formas para estruturar e reger os relacionamentos empresariais.

Após apresentar os princípios mais consolidados de Governança Corporativa (Transparência; Prestação de Contas; Equidade; e Conformidade ou Responsabilidade Corporativa) partiu-se para analisar o alinhamento de algumas estatais do Setor Elétrico Brasileiro a tais princípios por meio do estudo de casos bem documentados.

As conclusões a partir dos casos estudados não foram animadoras: informações contábeis frágeis e com problemas de acesso à informação, baixa responsabilização dos dirigentes por falhas, desrespeito a direitos de minoritários, e apropriação de recursos com baixa transparência sobre a relação custo-benefício envolvida.

Os desafios reais enfrentados pelas estatais brasileiras do setor elétrico devem ser interpretados como lições que precisam ser aprendidas para aprimorar o desempenho das estatais na execução de sua verdadeira função social: a prestação de um serviço público eficiente e com qualidade. Afinal, empresas estatais – como bem diz o nome – pertencem ao Estado, e não ao governo, partidos, bancadas ou políticos individuais.

"A diferença entre a empresa privada e a empresa pública é que aquela é controlada pelo governo, e esta por ninguém."
(Roberto Campos)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2	5. PRINCÍPIO Nº 3: EQUIDADE (FAIRNESS)	15
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA – CONCEITOS E PRINCÍPIOS	3	5.1 Caso nº 4: Releição de diretores obrigatórios na Eletrobras	15
2.1 A essência da propriedade e da gestão	3	5.2 Caso nº 5: "Represamento tarifário" na Copel	17
2.2 Estrutura organizacional das sociedades anônimas	5	6. PRINCÍPIO Nº 4: CONFORMIDADE (COMPLIANCE)	20
2.3 Princípios de Governança Corporativa	7	6.1 Caso nº 6: Gestão de energias setoriais pela Eletrobras	20
3. PRINCÍPIO Nº 1: TRANSPARÊNCIA (DISCLOSURE)	9	CONCLUSÃO	23
3.1 Caso nº 1: Baixa qualidade da informação contábil	9	REFERÊNCIAS	24
3.2 Caso nº 2: Deficiências na transmissão de informações na Eletrobras	10		
4. PRINCÍPIO Nº 2: PRESTAÇÃO DE CONTAS (ACCOUNTABILITY)	12		
4.1 Caso nº 3: Falta de responsabilização de dirigentes por falhas recorrentes na Eletrobras	12		

Estudo do alinhamento de estatais aos princípios de Governança Corporativa:

- Transparência;
 - Prestação de Contas;
 - Equidade; e
 - Conformidade/Responsabilidade Corporativa.
- Casos bem documentados levam a conclusões pouco animadoras:
- informações contábeis frágeis e com problemas de acesso à informação;
 - baixa responsabilização dos dirigentes por falhas;
 - desrespeito a direitos de minoritários; e
 - apropriação de recursos com baixa transparência sobre custo-benefício.

- ❑ **Com base na farta documentação e estudos disponíveis, as privatizações no setor elétrico precisam ser encorajadas e promovidas destacando os seguintes benefícios para o governo e para a sociedade brasileira :**
 - ❑ **Interrupção de prejuízos recorrentes para os erários da União, Estados e municípios;**
 - ❑ **Aumento da arrecadação com a retomada de gestões lucrativas;**
 - ❑ **Melhora de qualidade de serviço para os consumidores.**

- ❑ **No entanto, alguns princípios devem ser atendidos para que haja privatizações exitosas:**
 - ❑ **Evitar atropelos (quem esperou décadas...): cronogramas realistas**
 - ❑ **Garantir ampla publicidade, incluindo audiências públicas (pré-edital?)**
 - ❑ **Buscar preços realistas, com base em interações sucessivas com agentes com credibilidade e visão de longo prazo (evitar seleção adversa)**

□ Sobre o Instituto Acende Brasil

1. Governança de estatais e privatizações

2. Política de expansão

3. Carga tributária

4. Transmissão

- **Fontes: Disputas e incentivos**
- **Gás natural e termelétricidade (WP)**
- **Povos tradicionais (WP)**

5. Governança setorial e papéis das instituições

□ Sobre Confiança e Credibilidade

Política de expansão

Fontes: Disputas e incentivos

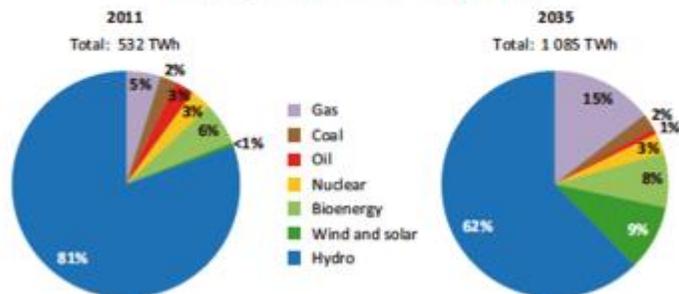
Planned Electricity Matrix



The share of energy produced from each **generating source**:

- the share of **hydroelectric** generation should **decrease**;
- the share of **thermoelectric** generation should **increase**;
- the share of renewable sources (such as **biomass, solar and wind power**) should also increase by 2035.

Brazil power generation by source



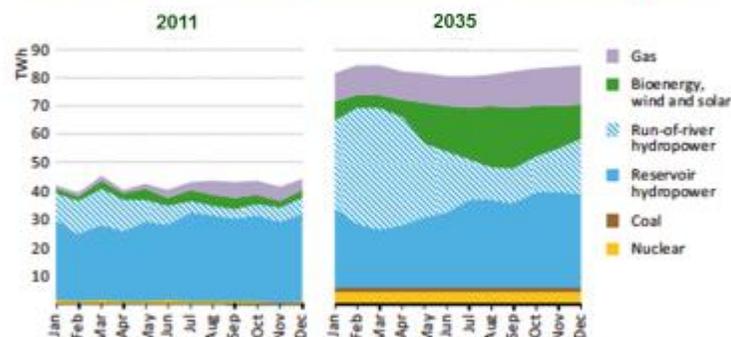
Fonte: IEA - World Energy Outlook 2013, 2013.

8

Planned Electricity Matrix



Brazil indicative monthly variations in power generation by source



Note: Calculations of bioenergy, wind and solar generation in 2035 are based on projected installed capacity, biomass harvest cycles and historical generation profiles, while those for run-of-river generation are based on projected installed capacity and river flow variations at the sites of planned hydropower projects.

Fonte: IEA - World Energy Outlook 2013, 2013.

9

- ❑ **Nossa posição privilegiada em termos de diversidade de fontes precisa ser explorada de forma mais previsível, transparente e sem ideologias**
- ❑ **O governo precisa sinalizar para a sociedade, com ampla antecedência, a matriz indicativa de longo prazo, com base em estudos replicáveis, e com leilões que valorizem os atributos desejáveis**

16

WHITE PAPER
INSTITUTO ACENDE BRASIL

EDIÇÃO Nº 16 / FEVEREIRO DE 2016



Os White Papers do Instituto Acende Brasil consolidam análises e recomendações aprofundadas sobre temas do Setor Elétrico Brasileiro e visam à promoção de discussões qualificadas sobre as seguintes dimensões setoriais: Agência Reguladora, Governança Corporativa, Impostos e Encargos, Leilões de Energia e Transmissão, Meio Ambiente e Sociedade, Oferta de Energia, Rentabilidade, Tarifa e Regulação. Para saber mais sobre o Instituto Acende Brasil acesse www.acendebrazil.com.br

O MERCADO DE GÁS NATURAL E A GERAÇÃO TERMELETRICA

Termelétricas a gás natural desempenham um papel importante no setor elétrico ao suprir energia elétrica nos momentos, quantidades e locais de que o sistema mais precisa com alta confiabilidade.

A inserção de termelétricas a gás natural no setor elétrico depende, no entanto, da disponibilidade do combustível. Embora a perspectiva de ampliação da oferta de gás natural no Brasil seja promissora, o mercado de gás natural ainda é muito incipiente e há uma série de entraves que precisam ser superados para permitir um melhor aproveitamento desse insumo – tanto para geração elétrica quanto para outros fins.

Um mercado de gás natural robusto e eficiente não é algo que se constrói da noite para o dia, mas se almejamos algum dia ter um mercado competitivo é preciso promover as mudanças necessárias para que ele possa florescer.

Embora a Petrobras tenha desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento do setor de gás natural no Brasil, ampliando a oferta e construindo quase toda infraestrutura de processamento e transporte existente, é absolutamente necessário engajar novos agentes no setor para que seja possível desenvolver um mercado de gás natural competitivo.

Esse *White Paper* examina algumas das principais questões que vêm prejudicando o desenvolvimento do setor de gás natural no Brasil, e aponta caminhos para fomentar a entrada de novos agentes a fim de acirrar a concorrência e proporcionar mais flexibilidade tanto do lado da oferta quanto da demanda de gás natural.

"O acesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo."

(José de Alencar, escritor brasileiro, 1829-1877)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2	4.1.1 Promover a prospecção e exploração de gás natural.....	24
2 A TERMELETRICIDADE NA MATRIZ ELÉTRICA.....	3	4.1.2 Remover as barreiras à exploração não convencional.....	25
2.1 Reflexões sobre a evolução da geração no Brasil.....	3	4.1.3 Facilitar o escoamento de gás natural.....	26
2.2 Atributos desejáveis de novas usinas.....	4	4.2 Fomentar a concorrência na oferta de gás natural.....	26
2.3 As perspectivas para as termelétricas a gás natural.....	4	4.2.1 Promover a entrada de novos agentes.....	26
2.3.1 Ampliação da oferta de gás natural no Brasil.....	5	4.2.2 Viabilizar o livre acesso e a troca operacional (swap).....	27
2.3.2 Potencial produtivo da exploração não convencional.....	7	4.2.3 Implementar a desverticalização e a regulamentação da comercialização.....	29
2.3.3 Evolução do mercado de Gás Natural Liquefeito.....	8	4.3 Flexibilizar a oferta e demanda.....	32
2.3.4 Entraves para inserção de gás natural na matriz elétrica.....	9	4.3.1 Facilitar a comercialização de GNL.....	32
3 A INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL NO BRASIL.....	11	4.3.2 Promover a oferta de serviços de armazenamento.....	32
3.1 Panorama da produção e consumo de gás natural.....	11	4.4 Promover a desindexação do gás natural ao petróleo.....	33
3.2 A estrutura do setor.....	13	4.5 Incentivar a inserção de termelétricas a gás natural.....	35
3.2.1 Estrutura do setor.....	13	4.5.1 Aprimorar a sistemática de leilões de energia.....	35
3.2.2 Estrutura do setor.....	16	4.5.2 Alterar a forma de comprovação de reservas.....	35
3.3 O marco regulatório.....	16	5 CONCLUSÕES.....	37
3.4 Exploração não convencional.....	20	REFERÊNCIAS.....	38
3.5 Perspectiva futura.....	23		
4 POLÍTICAS PARA PROMOVER TERMELETRICIDADE A GÁS NATURAL.....	24		
4.1 Ampliar a oferta de gás natural.....	24		

Recomendações (1 de 2):

- ❑ Ampliação da oferta por meio de programa contínuo/previsível de licitações de blocos;
- ❑ Eliminação das barreiras à exploração não convencional;
- ❑ Facilitação do transporte de gás natural das áreas de exploração marítimas via compartilhamento de gasodutos de escoamento com tarifas reguladas;
- ❑ Promoção da concorrência por meio de políticas voltadas à inclusão de novos agentes no setor;
- ❑ Viabilização do livre acesso à malha de gasodutos, por meio da regulamentação que proporcione maior transparência quanto à capacidade disponível e à capacidade ociosa, incluindo a introdução do mecanismo de swap;
- ❑ Desverticalização entre os fornecedores atacadistas e os distribuidores varejistas;

16

WHITE PAPER
INSTITUTO ACENDE BRASIL

EDIÇÃO Nº 16 / FEVEREIRO DE 2016



Os White Papers do Instituto Acende Brasil consolidam análises e recomendações aprofundadas sobre temas do Setor Elétrico Brasileiro e visam à promoção de discussões qualificadas sobre as seguintes dimensões setoriais: Agência Reguladora, Governança Corporativa, Impostos e Encargos, Leilões de Energia e Transmissão, Meio Ambiente e Sociedade, Oferta de Energia, Rentabilidade, Tarifa e Regulação. Para saber mais sobre o Instituto Acende Brasil acesse www.acendebrasil.com.br

O MERCADO DE GÁS NATURAL E A GERAÇÃO TERMELÉTRICA

Termelétricas a gás natural desempenham um papel importante no setor elétrico ao suprir energia elétrica nos momentos, quantidades e locais de que o sistema mais precisa com alta confiabilidade.

A inserção de termelétricas a gás natural no setor elétrico depende, no entanto, da disponibilidade do combustível. Embora a perspectiva de ampliação da oferta de gás natural no Brasil seja promissora, o mercado de gás natural ainda é muito incipiente e há uma série de entraves que precisam ser superados para permitir um melhor aproveitamento desse insumo – tanto para geração elétrica quanto para outros fins.

Um mercado de gás natural robusto e eficiente não é algo que se constrói da noite para o dia, mas se almejamos algum dia ter um mercado competitivo é preciso promover as mudanças necessárias para que ele possa florescer.

Embora a Petrobras tenha desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento do setor de gás natural no Brasil, ampliando a oferta e construindo quase toda infraestrutura de processamento e transporte existente, é absolutamente necessário engajar novos agentes no setor para que seja possível desenvolver um mercado de gás natural competitivo.

Esse *White Paper* examina algumas das principais questões que vêm prejudicando o desenvolvimento do setor de gás natural no Brasil, e aponta caminhos para fomentar a entrada de novos agentes a fim de acirrar a concorrência e proporcionar mais flexibilidade tanto do lado da oferta quanto da demanda de gás natural.

"O acesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo."

(José de Alencar, escritor brasileiro, 1829-1877)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2	4.1.1 Promover a prospecção e exploração de gás natural	24
2 A TERMELETRICIDADE NA MATRIZ ELÉTRICA	3	4.1.2 Remover as barreiras à exploração não convencional	25
2.1 Reflexões sobre a evolução da geração no Brasil	3	4.1.3 Facilitar o escoamento de gás natural	26
2.2 Atributos desejáveis de novas usinas	4	4.2 Fomentar a concorrência na oferta de gás natural	26
2.3 As perspectivas para as termelétricas a gás natural	4	4.2.1 Promover a entrada de novos agentes	26
2.3.1 Ampliação da oferta de gás natural no Brasil	5	4.2.2 Viabilizar o livre acesso e a troca operacional (swap)	27
2.3.2 Potencial produtivo da exploração não convencional	7	4.2.3 Implementar a desverticalização e a regulamentação da comercialização	29
2.3.3 Evolução do mercado de Gás Natural Liquefeito	8	4.3 Flexibilizar a oferta e demanda	32
2.3.4 Entraves para inserção de gás natural na matriz elétrica	9	4.3.1 Facilitar a comercialização de GNL	32
3 A INDÚSTRIA DE GÁS NATURAL NO BRASIL	11	4.3.2 Promover a oferta de serviços de armazenamento	32
3.1 Panorama da produção e consumo de gás natural	11	4.4 Promover a desindexação do gás natural ao petróleo	33
3.2 A estrutura do setor	13	4.5 Incentivar a inserção de termelétricas a gás natural	35
3.3 O marco regulatório	16	4.5.1 Aprimorar a sistemática de leilões de energia	35
3.4 Exploração não convencional	20	4.5.2 Alterar a forma de comprovação de reservas	35
3.5 Perspectiva futura	23	5 CONCLUSÕES	37
4 POLÍTICAS PARA PROMOVER TERMELETRICIDADE A GÁS NATURAL	24	REFERÊNCIAS	38
4.1 Ampliar a oferta de gás natural	24		

Recomendações (2 de 2):

- ❑ Regulamentação estadual da distribuição e comercialização;
- ❑ Flexibilidade de oferta advinda da comercialização de GNL;
- ❑ Oferta de serviços de armazenamento; e
- ❑ Desindexação dos preços de gás natural ao preço do petróleo.

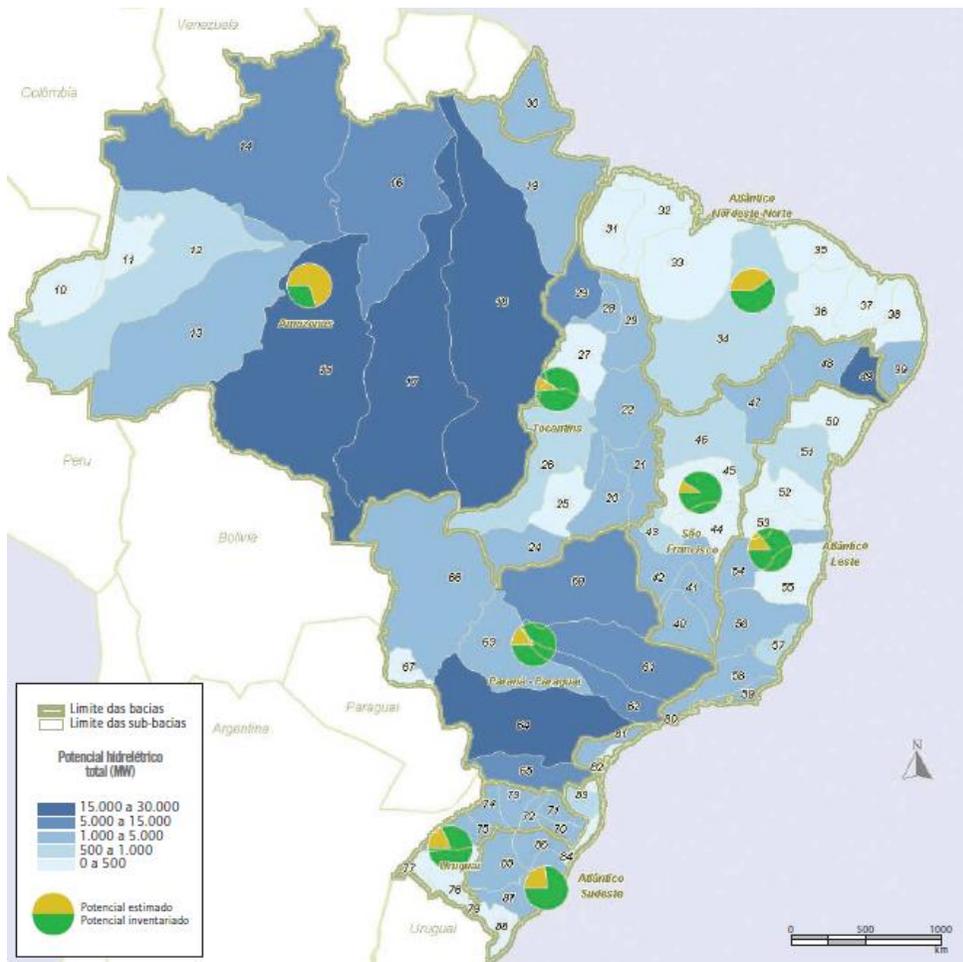
A viabilização da inserção otimizada de termelétricas a gás natural na matriz elétrica requer:

- ❑ Aprimoramento da sistemática de leilões para levar em conta a localização das usinas e valorar a sua capacidade de ofertar energia quando necessária; e
- ❑ Alteração da forma de comprovação de reservas para habilitação nos Leilões de Energia.

Política de expansão

Povos Tradicionais (1 de 3)

Potencial hidrelétrico das bacias (MW)



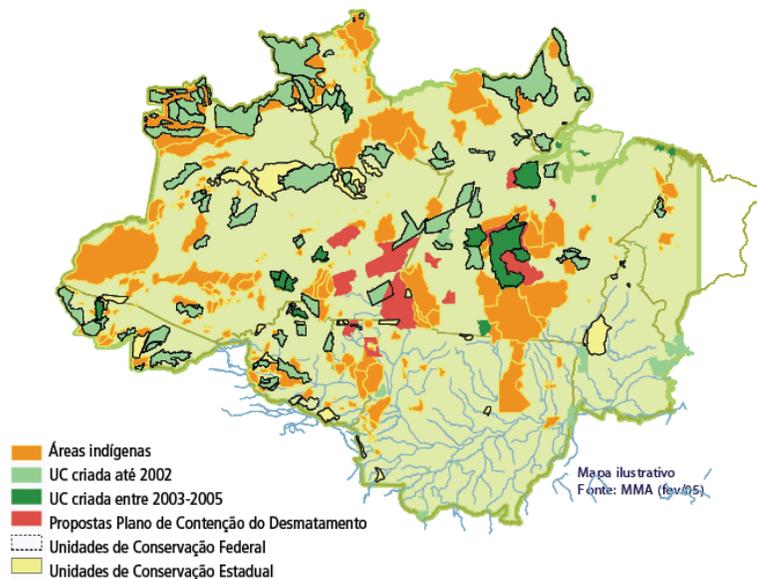
Fonte: Aneel (2002) *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*

Grande parte do potencial hidrelétrico economicamente viável está distante dos centros de consumo

E...

Dos 19.673 MW projetados no “Plano Decenal de Energia 2021”, 16.089 MW (82%) estão próximos ou em áreas indígenas ou protegidas

Reservas Indígenas ou Áreas de Conservação



Fonte: MMA(2005)

- ❑ A **Constituição** (parágrafo 3o. do art. 231) **prevê** : “**O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, ... em terras indígenas só pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas...**”

- ❑ **Elementos básicos para a Consulta:**
 - ❑ **Como** - Livre, Prévia e Informada
 - ❑ **Qual objeto**
 - a inundação/redução de parte do território;
 - os impactos positivos e negativos provocados pelo empreendimento e
 - a repartição dos benefícios
 - ❑ **Quando**
 - desde a fase inicial do planejamento e
 - em todas as fases subsequentes
 - ❑ **Quem** - os líderes que representam as comunidades afetadas, sendo franqueada a participação de todas as pessoas da comunidade.

Política de expansão Povos Tradicionais (3 de 3)

12
WHITE PAPER
INSTITUTO ACENDE BRASIL
 EDIÇÃO Nº 12 | OUTUBRO DE 2013

O White Paper do Instituto Acende Brasil consolida análises e recomendações aprofundadas sobre temas de Setor Elétrico Brasileiro e visa à promoção de discussões qualificadas sobre as seguintes dimensões: segurança, eficiência regulatória, governança corporativa, impactos e impactos, fontes de energia e sustentabilidade, Meio Ambiente e Sociedade, Oferta de Energia, Resiliência, Tarifas e Regulação. Para saber mais sobre o Instituto Acende Brasil acesse www.acendebrasil.com.br

POVOS INDÍGENAS E O SETOR ELÉTRICO: DO CONFLITO AO CONSENSO

O Brasil tem nos rios sua principal fonte de geração de energia elétrica, sendo que de todo o potencial hidrelétrico brasileiro de 242,9 mil MW, apenas 36,8% foram aproveitados. O maior potencial disponível está na região Norte (99,3 mil MW), do qual 14,6% foram explorados. No entanto, a exploração do potencial hidrelétrico da bacia do rio Amazonas representará um grande desafio: por grande parte das usinas instaladas em unidades de conservação ou terras indígenas. Num horizonte de curto-médio prazo, dos 19.675 MW de potência adicional de energia elétrica previstos no Plano Decenal de Energia para serem viabilizados no período 2017-2021, 16.089 MW (82%) interferem em terras indígenas. Isto mostra a complexidade de explorar o potencial hidrelétrico na Amazônia sendo em vista a falta de definições e a pouca experiência sobre este tema no Brasil. A Constituição Federal prevê que o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos em terras indígenas só pode ser efetuado com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas. E a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, define os critérios para a consulta aos povos indígenas. A atual falta de regulamentação do artigo 231 da Constituição e do processo de consulta previsto na Convenção nº 169 da OIT provoca insegurança jurídica tanto para

os povos indígenas quanto para os empreendedores que desenvolverão os projetos. Este White Paper analisa os benefícios do processo de consulta e discute as formas para implementá-lo, além de examinar o mecanismo de Repartição de Benefícios por meio da redistribuição da Compensação Financeira para Uso dos Recursos Hídricos. O Brasil já incorporou as melhores práticas na elaboração de acordos para o desenvolvimento de projetos hidrelétricos. O desafio é aprimorá-los, ampliá-los para as novas usinas e constituir pactos com uma população com características próprias: os povos indígenas. A promoção de boas relações entre os empreendedores e as comunidades locais representa mais do que uma estratégia de gestão de risco: é uma alternativa para melhorar a sustentabilidade e a governança corporativa de empresas envolvidas com o desenvolvimento de projetos de infraestrutura de longo prazo. É possível sair da situação atual de conflitos e construir um futuro de consenso.

Je ne suis pas d'accord avec ce que vous dites, mais je ne dis rien parce que vous avez raison et moi pas le droit de le dire. (Resposta de um índio brasileiro quando perguntado sobre o consentimento de uma comunidade indígena para um projeto hidrelétrico.)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2	3.6 Quando deve ser feita a consulta?.....	15
2 DIAGNÓSTICO.....	3	3.7 Quem deve participar da consulta?.....	18
2.1 Contexto econômico e oferta de energia.....	3	4 REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS.....	15
2.2 Povos e terras indígenas.....	6	4.1 Os benefícios da Repartição de Benefícios.....	15
2.3 Terras indígenas e hidrelétricos.....	7	4.2 Formas de Repartição de Benefícios.....	19
3 CONSULTA LÍDRE, LIVRE, INFORMADA.....	10	4.3 A operacionalização da Repartição de Benefícios.....	20
3.1 O processo de consulta.....	11	4.4 Como construir o Acordo?.....	22
3.2 Consulta ou consentimento?.....	12	4.5 Uma proposta para a Repartição de Benefícios no Brasil.....	22
3.3 Elementos básicos para o processo de consulta.....	13	5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	26
3.4 O Plano de Consulta.....	13		
3.5 Qual o objeto da consulta?.....	14	REFERÊNCIAS.....	27

POVOS INDÍGENAS E O SETOR ELÉTRICO: DO CONFLITO AO CONSENSO

A Figura 3 mostra as usinas previstas no PDE 2021 que interferem em terras indígenas, totalizando 19.675 MW de potência adicional de energia elétrica. Das 10.072 MW de potência adicional de hidrelétricas previstas no Plano Decenal de Energia (PDE) 2017-2021, 16.089 MW interferem em terras indígenas. Este total é de cerca de 82% da capacidade instalada na usina de geração de energia elétrica no Brasil.

Figura 3: Hidrelétricas planejadas que irão interferir em terras indígenas



POVOS INDÍGENAS E O SETOR ELÉTRICO: DO CONFLITO AO CONSENSO

origem. Foi criado pelo Ministério de Planejamento (MEP) em 2011. Sua finalidade é reunir os conhecimentos indígenas sobre o potencial hidrelétrico que interferem em terras indígenas para que os povos indígenas possam participar ativamente do processo de licenciamento e construção das usinas hidrelétricas. A criação do Conselho foi uma das principais ações do Plano de Trabalho do Conselho Indígena de Energia Elétrica (CIEE) em 2011. O Conselho Indígena de Energia Elétrica (CIEE) foi criado pelo Ministério de Planejamento (MEP) em 2011. O Conselho Indígena de Energia Elétrica (CIEE) foi criado pelo Ministério de Planejamento (MEP) em 2011. O Conselho Indígena de Energia Elétrica (CIEE) foi criado pelo Ministério de Planejamento (MEP) em 2011.

Impacto da Interferência em Terras Indígenas



Fonte: Instituto Acende Brasil (2013).
 Além da redistribuição da CUFUS, as seguintes receitas e créditos também são redistribuídos para as comunidades indígenas: 10% do valor líquido das vendas de energia elétrica; 10% do valor líquido das vendas de energia elétrica; 10% do valor líquido das vendas de energia elétrica.

28 páginas

Política de expansão Povos Tradicionais (Animação)



Filmes e TV



Povos Indígenas e o Setor Elétrico

Pesquisar na Web e no Windows



POR PTB 17:42 17/08/2016

- ❑ **Sobre o Instituto Acende Brasil**
 1. **Governança de estatais e privatizações**
 2. **Política de expansão**
 3. **Carga tributária**
 4. **Transmissão**
 5. **Governança setorial e papéis das instituições**
- ❑ **Sobre Confiança e Credibilidade**

2

WHITE PAPER
INSTITUTO ACENDE BRASIL

EDIÇÃO Nº 2 - NOVEMBRO DE 2010



Os White Papers do Instituto Acende Brasil consolidam análises e recomendações aprofundadas sobre temas do Setor Elétrico Brasileiro e visam à promoção de discussões qualificadas sobre as seguintes direções setoriais: Agência Reguladora, Governança Corporativa, Impostos e Encargos, Tarifas de Energia e Transmissão, Meio Ambiente e Sociedade, Oferta de Energia, Rentabilidade, Tarifa e Regulação. Para saber mais sobre o Instituto Acende Brasil, acesse www.acendebrasil.com.br

TRIBUTOS E ENCARGOS NA CONTA DE LUZ: PELA TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA

Uma análise da tributação no setor elétrico revela a carência de balizamento em princípios. Há múltiplos tributos para os mesmos fatos geradores e bases de cálculo. Há múltiplos encargos para a mesma finalidade. Recursos de encargos são aplicados para objetivos outros que os de suas finalidades originais. E, ainda, os tributos são cobrados de forma indireta, fazendo com que contribuintes e consumidores de energia não tenham percepção sequer aproximada sobre a real carga tributária embutida na tarifa de eletricidade.

Observando a evolução do sistema tributário ao longo do tempo, percebe-se que a situação atual é fruto de um "pragmatismo tributário" em que mudanças no sistema têm sido pautadas pela necessidade de arrecadar mais fundos para o governo de maneira rápida, precisa e não transparente. Assim, o governo vem aumentando as alíquotas e introduzindo novos tributos sobre o setor elétrico sem uma avaliação de seus impactos sobre o bem-estar social, considerando apenas a sua relativa facilidade de implementação e eficácia na arrecadação.

O setor elétrico é um alvo predileto do fisco porque a energia elétrica é um bem de consumo universalizado, proporcionando uma ampla base de arrecadação, o que permite arrecadar muitos recursos de maneira dispersa, de forma

pouco visível, despertando pouca ou nenhuma resistência dos contribuintes. Soma-se a este quadro o fato de o consumo de energia elétrica ser pouco sensível ao preço, uma vez que a eletricidade é um bem essencial para o qual não há substitutos com características semelhantes. Com isso, o seu encarecimento devido à incidência de tributos não leva os consumidores a reagir via redução do consumo.

A consequência concreta e mensurável é que a carga tributária sobre o setor elétrico hoje é substancialmente maior do que a carga que incide sobre os demais setores da economia brasileira.

Como onerar a energia elétrica com tributos não faz sentido, dada a sua essencialidade e o seu papel estratégico como insumo de produção, o Instituto Acende Brasil elaborou uma série de propostas tendo por foco, além da redução da carga tributária sobre o setor, a melhoria no nível de transparência da tributação e na governança da aplicação de recursos de encargos setoriais.

"The politicians say 'we' can't afford the tax cut. Maybe we can't afford the politicians."

"Os políticos dizem que 'nós' não podemos arcar com uma redução de impostos. Talvez nós não possamos arcar com o custo dos políticos." (Steve Forbes)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2	3.4 O impacto das mudanças no sistema tributário sobre o setor elétrico	20
2. TEORIA DA TRIBUTAÇÃO	2	4. CARGA CONSOLIDADA DE TRIBUTOS E ENCARGOS NA TARIFA DE ENERGIA	21
2.1 Propriedade 1: Eficiência	3	4.1 Metodologia	21
2.2 Propriedade 2: Simplicidade	5	4.2 Resultados	22
2.3 Propriedade 3: Transparência	6	5. APRIMORANDO A TRIBUTAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO	25
2.4 Propriedade 4: Equidade	7	5.1 Impacto distributivo	25
2.5 Propriedade 5: Flexibilidade	8	5.2 Impacto sobre a eficiência	26
3. TRIBUTOS E ENCARGOS QUE INCIDEM SOBRE O SETOR ELÉTRICO	9	5.3 A viabilidade da redução da carga de tributos e encargos	26
3.1 Mapeamento dos tributos que incidem sobre o setor elétrico	9	6. PROPOSTAS PARA APRIMORAMENTO DA TRIBUTAÇÃO NO SETOR ELÉTRICO	28
3.2 Encargos setoriais	12	7. CONCLUSÃO	38
3.3 A Constituição Federal de 1988 e o sistema tributário brasileiro	19	REFERÊNCIAS	39

A energia elétrica é um insumo sistêmico:

- ❑ A energia elétrica é um **insumo essencial** para praticamente todos os setores da economia
- ❑ O seu custo tem um **impacto sistêmico sobre a competitividade** da economia
- ❑ No entanto, a **energia elétrica é um dos produtos mais tributados** da economia
- ❑ A tributação da **energia elétrica também é regressiva**, onerando desproporcionalmente a população mais pobre

A agenda dos governos precisa incluir duas desonerações de alto impacto na conta de luz:

- ❑ **ICMS**
- ❑ **PIS/COFINS**

www.pwc.com

Instituto Acende Brasil

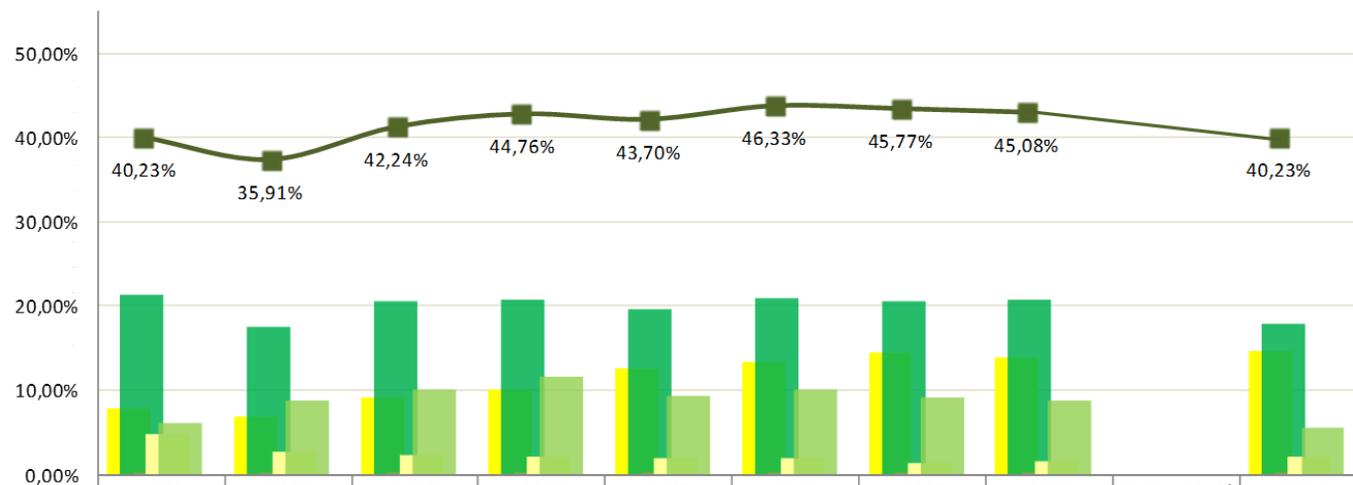
Estudo sobre a Carga Tributária & Encargos do setor elétrico brasileiro – ano base 2014

7. Comparativo Série Histórica: Abertura da Carga Tributária Consolidada de Tributos e Encargos no período 1999 a 2008 e 2014

Dezembro 2015



pwc



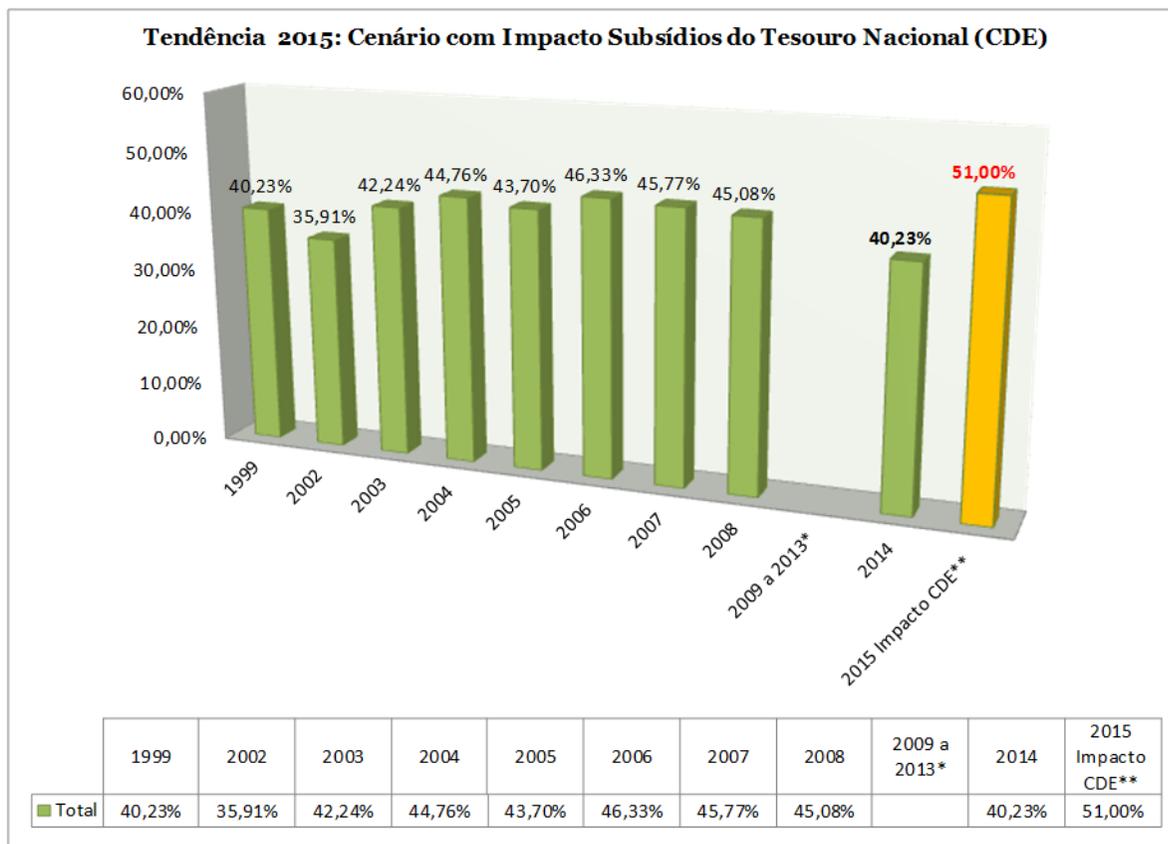
	1999	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009 a 2013*	2014
■ Tributos Federais	7,90%	6,90%	9,08%	10,17%	12,67%	13,29%	14,49%	13,91%		14,58%
■ Tributos Estaduais	21,35%	17,51%	20,57%	20,69%	19,67%	21,00%	20,62%	20,81%		17,85%
■ Tributos Municipais	0,02%	0,04%	0,18%	0,04%	0,08%	0,06%	0,02%	0,02%		0,04%
■ Encargos Trab/Prev.	4,79%	2,67%	2,33%	2,17%	1,90%	1,85%	1,41%	1,56%		2,12%
■ Encargos Setoriais	6,17%	8,79%	10,08%	11,69%	9,38%	10,12%	9,24%	8,78%		5,64%
Incidência Total	40,23%	35,91%	42,24%	44,76%	43,70%	46,33%	45,77%	45,08%		40,23%

*Nota: O período compreendido entre os anos-calendário 2009 a 2013 será objeto de estudo complementar.

10. Comparativo Série Histórica:

Tendência da Carga Tributária Consolidada - na Ausência dos Subsídios do Tesouro Nacional - CDE

- Em 2014 a política de subsídios prevista na legislação foi coberta com recursos do Orçamento da União.
- Com isso a carga tributária do setor naquele ano de 2014 ficou em 40,23%. Sem o subsídio da União, a carga tributária consolidada do setor elétrico teria sido de 51,00%.
- Em 2015 (conforme site da ANEEL) não haverá o repasse desses recursos da União para o orçamento da CDE, resultando numa elevação desse encargo em **R\$ 11,8 bilhões**, que deverá ser acrescido da incidência de ICMS, PIS e COFINS para o cômputo da carga efetiva;



❖ Notas:

(i) A CDE corresponde à diferença entre a necessidade total de recursos da Conta e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes. Vide detalhamento no Anexo 2;

*O período compreendido entre os anos-calendário 2009 a 2013 será objeto de estudo complementar;

**Potencial impacto na carga de tributária e de encargos setoriais em 2015 (impacto da CDE com “gross up” dos tributos ICMS, PIS e COFINS nas alíquotas efetivas).

- ❑ **Sobre o Instituto Acende Brasil**

- 1. **Governança de estatais e privatizações**

- 2. **Política de expansão**

- 3. **Carga tributária**

- 4. **Transmissão**

- 5. **Governança setorial e papéis das instituições**

- ❑ **Sobre Confiança e Credibilidade**

15

WHITE PAPER
INSTITUTO ACENDE BRASIL

EDIÇÃO Nº 15 / SETEMBRO DE 2013



Os White Papers do Instituto Acende Brasil consolidam análises e recomendações aprofundadas sobre temas do Setor Elétrico Brasileiro e visam à promoção de discussões qualificadas sobre as seguintes dimensões setoriais: Agência Reguladora, Governança Corporativa, Impostos e Encargos, Leilões de Energia e Transmissão, Meio Ambiente e Sociedade, Oferta de Energia, Rentabilidade, Tarifas e Regulação. Para saber mais sobre o Instituto Acende Brasil acesse www.acendebrazil.com.br

TRANSMISSÃO: O ELO INTEGRADOR

Economistas argumentam que investimentos em infraestrutura são essenciais para o desenvolvimento econômico. Tal tese se apóia no fato de que a infraestrutura consiste dos ativos e serviços que suportam todas as outras atividades produtivas, contribuindo para a elevação da produtividade de toda a economia.

O setor elétrico é um dos importantes integrantes da infraestrutura de um país. E se o setor elétrico é infraestrutura, o segmento de transmissão é a infraestrutura da infraestrutura, pois é a transmissão que integra todo o setor elétrico, permitindo que o mesmo seja operado como um sistema coeso e concatenado.

Embora seja o segmento que exige menor investimento em comparação com os eixos de geração e distribuição, a transmissão desempenha um papel essencial no setor elétrico. É a transmissão que permite a otimização da operação por meio da exploração das vantagens comparativas das dife-

rentes fontes e tecnologias de geração. Também é a transmissão que permite aumentar a confiabilidade do sistema ao integrar todos os recursos disponíveis.

Embora o segmento de transmissão tenha apresentado forte expansão nas últimas décadas, em anos recentes o segmento tem enfrentado crescentes dificuldades devido a questões regulatórias que precisam ser sanadas para assegurar a plena otimização da operação do sistema elétrico brasileiro.

Esse White Paper apresenta a situação atual do segmento, diagnostica seus principais problemas e propõe medidas para saná-los.

"Infrastructure is as large the grey ledlight efficiency life – underground and out of mind. It is found and center in development."

"A infraestrutura não é mais aquilo para o qual se luta, mas aquilo que se desenvolve. É a condição essencial ao desenvolvimento."

(Banco Mundial, 1996)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2	3 PROPOSTAS DE SOLUÇÃO.....	20
2 PANORAMA DO SEGMENTO DE TRANSMISSÃO.....	3	3.1 Licitação e licença prévia ambiental.....	20
2.1 O desafio futuro.....	3	3.2 Gestão integrada de questões socioambientais.....	22
2.1.1 Encaimento da energia além das redes geradoras.....	4	3.3 Questão fundiária.....	23
2.1.2 Integração energética.....	5	3.4 Custo do capital.....	24
2.1.3 Maiores exigências socioambientais.....	5	3.5 Banco de preços.....	25
2.1.4 Maiores exigências quanto à confiabilidade.....	6	3.6 Transferência das demais instalações de transmissão.....	27
2.1.5 Reparação, reforços e melhorias da rede existente.....	9	3.7 Custos operacionais.....	29
2.2 Principais problemas atuais e suas causas.....	9	3.8 Qualidade.....	33
2.2.1 Frustração de leilões.....	9	3.9 Reposições, reforços e melhorias da rede.....	34
2.2.2 Atrasos.....	13	4 CONCLUSÕES.....	35
2.2.3 Descapitalização de empresas de transmissão.....	14	REFERÊNCIAS.....	37
2.2.4 Transferência de DTE.....	19		

Diagnóstico:

- ❑ Leilões frustrados
- ❑ Atrasos nos projetos
- ❑ Maiores exigências quanto à confiabilidade
- ❑ Descapitalização das empresas

Propostas de solução:

- ❑ Licitação com Licença Prévia ambiental
- ❑ Questão fundiária
- ❑ Custo de Capital
- ❑ Banco de preços e Custos Operacionais
- ❑ Qualidade e penalidades



O INSTITUTO ACENDE BRASIL REALIZOU, EM PARCERIA COM A ANEEL, O FÓRUM “OS DESAFIOS DA TRANSMISSÃO”



O evento aconteceu em Brasília, das 09:00 às 18:00 do dia 14 de abril de 2016.

As apresentações estão disponíveis nos sites abaixo:
www.acendebrazil.com.br
www.aneel.gov.br/desafios-da-transmissao

O vídeo completo do evento estará disponível em ambos os sites em breve.

□ Sobre o Instituto Acende Brasil

1. Governança de estatais e privatizações

2. Política de expansão

3. Carga tributária

4. Transmissão

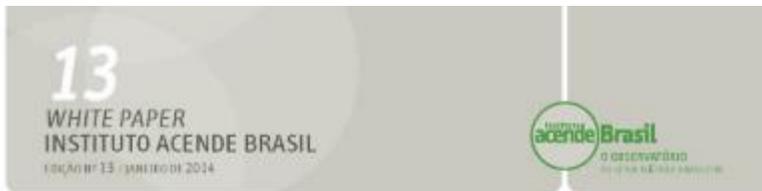
5. Governança setorial e papéis das instituições

□ Sobre Confiança e Credibilidade

- Sobradinho
- Revisão da carga
- P&D “Arquitetura de Mercado para a Comercialização de Energia Elétrica no Brasil: Análise, Simulação e Propostas”
- Judicialização
- Compra de terras por estrangeiros
- Sobrecontratação

- ❑ **Sobre o Instituto Acende Brasil**
 1. **Governança de estatais e privatizações**
 2. **Política de expansão**
 3. **Carga tributária**
 4. **Transmissão**
 5. **Governança setorial e papéis das instituições**
- ❑ **Sobre Confiança e Credibilidade**

Credibilidade e Confiança



O White Paper do Instituto Acende Brasil consolida análises e recomendações aprovadas sobre temas de Setor Elétrico Brasileiro e trata o promoção de discussões qualificadas sobre os seguintes temas: Segurança Regulatória, Governança Corporativa, Regulação e Tarifas, Indústria e Transmissão, Meio Ambiente e Sociedade, Oferta de Energia, Credibilidade, Tarifa e Regulação. Para saber mais sobre o Instituto Acende Brasil acesse www.acendebrasil.com.br

APRIMORAMENTOS PARA O SETOR ELÉTRICO: PROPOSTAS AOS CANDIDATOS (MANDATO 2015-2018)

O ano de 2014 é ano de campanha eleitoral para a Presidência da República, período em que a nação debate caminhos para a construção de um futuro melhor.

É com este espírito de construção que o Instituto Acende Brasil dedica a 13ª edição da série de White Papers para refletir sobre a atual situação do Setor Elétrico Brasileiro, identificar seus principais problemas, e propor soluções robustas e viáveis.

Tanto o diagnóstico quanto as proposições foram organizados ao longo de três dimensões que se constituem nos pilares do setor: (i) adequação da oferta de energia; (ii) modicidade tarifária; e (iii) credibilidade e confiança.

O Setor Elétrico Brasileiro passou por relevantes transformações nas últimas décadas, transformações estas que renderam frutos para a sociedade.

Uma agência reguladora autônoma e independente foi criada para zelar pelos interesses de longo prazo da população. Desde sua criação a Aneel tem progressivamente caminhado na construção do marco regulatório do setor, tornando-se conhecida pela transparência e satisfação técnica.

O regime de tarifas reguladas de energia tem atraído bilhões de investimento na expansão da oferta, garantindo o atendimento do crescimento da carga, através novas

empresas para o setor e enrijecido a interação de novas fontes renováveis na matriz eólica.

Estabeleceu-se um regime de regulação por incentivos que tem produzido considerável melhoria da qualidade do serviço e ganhos de produtividade que contribuíram para a modicidade tarifária em prol dos consumidores.

Mas apesar de significativas conquistas, resta-se cada vez mais evidente que mudanças são necessárias para assegurar o fornecimento de energia de forma adequada, módica e sustentável no longo prazo.

As questões mais preocupantes são: (i) o processo atenuado e distorcido de expansão do sistema; (ii) a elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos; e (iii) a deterioração do ambiente de negócios no setor e o comprometimento dos investimentos futuros.

Há uma perturbadora falta de coordenação na implementação dos novos empreendimentos de energia. Há usinas que não podem operar por falta de transmissão; há linhas de transmissão ociosas por falta de substâncias para receber a energia; há distribuidoras que incinem em sobrecargas por atraso de obras de transmissão; o processo de licenciamento é uma constante fonte de incerteza, mesmo após a emissão das licenças; e a construção de novos empreendimentos é prejudicada por paralisações, vandalismo e depredações.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3	4 CREDIBILIDADE E CONFIANÇA	27
2 ADEQUAÇÃO DA OFERTA	4	4.1 Situação atual e principais distúrbios	27
2.1 Situação atual e principais distúrbios	4	4.2 Soluções	47
2.2 Soluções	16		
3 MODICIDADE TARIFÁRIA	24		
3.1 Situação atual e principais distúrbios	24	CONSIDERAÇÕES	61
3.2 Soluções	34	REFERÊNCIAS	69

3 ADEQUAÇÃO DA OFERTA

2.1 SITUAÇÃO ATUAL E PRINCIPAIS DISTÚRBIOS

Segundo o diagnóstico realizado, o setor elétrico brasileiro apresenta desafios em termos de adequação da oferta de energia elétrica. Os principais distúrbios são:

- Atenuação e distorção do processo de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Os principais problemas são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Figura 1 - Evolução da oferta de energia elétrica

4 CREDIBILIDADE E CONFIANÇA

4.1 Situação atual e principais distúrbios

Segundo o diagnóstico realizado, o setor elétrico brasileiro apresenta desafios em termos de credibilidade e confiança. Os principais distúrbios são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Os principais problemas são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Figura 2 - Evolução da credibilidade e confiança

CONSIDERAÇÕES

Segundo o diagnóstico realizado, o setor elétrico brasileiro apresenta desafios em termos de credibilidade e confiança. Os principais distúrbios são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Os principais problemas são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Figura 3 - Evolução da credibilidade e confiança

4.2 Soluções

Segundo o diagnóstico realizado, o setor elétrico brasileiro apresenta desafios em termos de credibilidade e confiança. Os principais distúrbios são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Os principais problemas são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Figura 4 - Evolução da credibilidade e confiança

4.2 Soluções

Segundo o diagnóstico realizado, o setor elétrico brasileiro apresenta desafios em termos de credibilidade e confiança. Os principais distúrbios são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Os principais problemas são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Figura 5 - Evolução da credibilidade e confiança

4.2 Soluções

Segundo o diagnóstico realizado, o setor elétrico brasileiro apresenta desafios em termos de credibilidade e confiança. Os principais distúrbios são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Os principais problemas são:

- Processo atenuado e distorcido de expansão do sistema.
- Elevação dos custos de energia devido à alta incidência de tributos e encargos.
- Deterioração do ambiente de negócios no setor.

Figura 6 - Evolução da credibilidade e confiança

O Instituto Acende Brasil é um Centro de Estudos que visa a aumentar o grau de Transparência e Sustentabilidade do Setor Elétrico Brasileiro. Para atingir este objetivo, adotamos a abordagem de Observatório do Setor Elétrico e estudamos as seguintes dimensões:

Para saber mais acesse
www.acendebrasil.com.br



TARIFA E
REGULAÇÃO



AGÊNCIAS
REGULADORAS



GOVERNANÇA
CORPORATIVA



RENTABILIDADE



O OBSERVATÓRIO
DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO



IMPOSTOS E
ENCARGOS



OFERTA DE
ENERGIA



LEILÕES



MEIO AMBIENTE
E SOCIEDADE